

Estudo Técnico Preliminar 5/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 01400.001716/2025-41

2. Descrição da necessidade

Referência para a arquitetura e as artes brasileiras, o Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro (RJ), estava previsto para ser entregue à população em 2024. A nova proposta de ocupação do edifício foi apresentada à ministra da Cultura, Margareth Menezes, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Do térreo ao terraço, o edifício contará com diversos espaços dedicados a exposições sobre temas relacionados à arte e à formação da sociedade brasileira, abordando desde a cultura popular até as manifestações afro-brasileiras. Além disso, o local também abrigará atividades administrativas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura (MinC).

A proposta de ocupação vem sendo debatida a partir da criação de um o Grupo de Trabalho que foi instalado em 12 de junho de 2023 pela Portaria MinC nº 37, de 7 de junho de 2023, alterada pela Portaria MinC nº 42, de 11 de julho de 2023

O Grupo de Trabalho foi composto por um representante das seguintes unidades do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas:

- I - Secretaria-Executiva, que o coordenará;
- II - Gabinete da Ministra;
- III - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan);
- IV - Instituto Brasileiro de Museus (Ibram);
- V - Fundação Nacional de Artes (Funarte);
- VI - Fundação Biblioteca Nacional (FBN);
- VII - Fundação Cultural Palmares (FCP).

O Grupo de Trabalho tem por finalidade desenvolver e implementar proposta de plano de ocupação do Palácio Gustavo Capanema, bem de valor histórico, tombado a nível federal. O referido grupo iniciou as atividades em 14 de julho de 2023 e durante as reuniões tem realizado debates no sentido de compreender as necessidades de ocupação das vinculadas no Capanema, dimensionar os espaços e delimitar a distribuição das atividades administrativas e culturais a serem realizadas do edifício para apresentação de um Plano de ocupação.

Contudo, devido aos atrasos da entrega da obra que, inicialmente previsto para 2023, foi estimado a entrega para 2025, com isso, surgiu a necessidade de prorrogação do grupo de trabalho com o objetivo de avançar nos estudos e apresentar um plano de ocupação do Palácio Gustavo Capanema para até 30 de agosto de 2025 (portaria minc nº 152, de 27 de agosto de 2024).

Dada a complexidade da ocupação do imóvel, considerando as especificidades de cada uma das vinculadas, o Grupo de Trabalho avaliou como pertinente a prorrogação das atividades do colegiado por mais um ano, objetivando a realização de estudos mais detalhados no sentido de apresentar um modelo de ocupação capaz de atender às necessidades do Sistema MinC de modo a compatibilizar com as atividades culturais da edificação reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO.

Esses planejamentos e a incerteza da conclusão da obra, dificultaram o planejamento das contratações dos serviços, visto que até então, não se tinha uma definição robusta sobre a ocupação dos espaços, estimativa de quantidade de pessoal administrativo, bem como as áreas a serem estimadas para consolidar as contratações.

Das circunstâncias que obstaram, em seu conjunto, a realização de certame licitatório em tempo hábil :

Conforme bem esclarecido acima, há um grave risco de descontinuidade das atividades administrativas em face do iminente entrega da obra, bem como a necessidade de segurança ao público interno e externo. Como visto, é inegável que a Administração empreendeu os esforços possíveis para viabilizar a realização da contratação no modo ordinário e tradicional, porém obstáculos legais, técnicos e circunstanciais não puderam ser transpostos, tais como:

Obra em andamento;

Recursos orçamentários para aditivos e transporte dos acervos para reocupação do prédio;

Definição sobre a ocupação dos espaços pelo colegiado;

Imprevisibilidade sobre estimar quantidade de postos dos serviços a serem a contratados;

Quadro de servidores reduzidos, que compõe o colegiado, com expertise para contratação dos serviços;

Com efeito, o artigo 75, inciso IV da Lei nº 14.133/21, assim dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

VIII – nos casos de emergência ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 1 (um) ano**, contado da data de **ocorrência da emergência** ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso" (grifo nosso)

Da necessidade dos postos :

Serviços de Limpeza e Conservação:

A contratação é necessária para assegurar a continuidade da realização de tarefas de limpeza, , fundamentais para o bom funcionamento das rotinas de trabalho. Ressalto que, está em vigor para o referente serviço, o Contrato nº 90001/2024 , firmado com a empresa AF2 CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA , cujo prazo de vigência se encerra em 05/06/2025 onde contempla somente 01 (um) posto para limpeza interna da sala do condomínio, posto este insuficiente para a limpeza do prédio em sua totalidade

A contratação de serviços de limpeza, conservação, se justifica em razão da necessidade de se proporcionar um ambiente limpo e asseado, livre de sujidades ou acúmulo de lixo, instalações conservadas, provendo o suporte às atividades acessórias do órgão, otimização dos trabalhos e desenvolvimento de atividades rotineiras não atribuíveis aos servidores efetivos, visto que, ao trabalhar em um local que promove o bem-estar, os servidores e colaboradores terão menos risco de contrair doenças, além de permitir o exercício adequado das funções institucionais do órgão, principalmente pelo fato do encerramento da restauração do prédio em comento.

Optou-se pela contratação conjunta de serviços, materiais, equipamentos e insumos, uma vez que:

as empresas de limpeza adquirem material em quantidade muito superior às demandas da instituição, visto que detêm vários contratos, podendo obter preços menores que a Administração;

o gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza e materiais por uma única pessoa (no caso a Contratada) proporciona melhor integração das atividades, reduzindo as possibilidades de interrupção devido à falta de materiais;

a maioria das empresas que prestam serviços de limpeza fornecem também os materiais necessários, ou seja, não há redução da competitividade, tão pouco ofensa ao princípio da economicidade;

além do que não há risco de compras maiores ou menores que os necessários, assim como controles de almoxarifado para estes itens.

Serviços de Vigilância:

Tratando-se de edifício situado no centro do Rio de Janeiro, o prédio possui estacionamentos em local adjacente, que contam com muros e grades baixos, por respeito à visibilidade do bem tombado. Assim, necessário se faz a presença de posto 24 horas para o estacionamento de carros oficiais, evitando-se furtos e vandalismo. É necessário também postos para ronda, CFTV, portaria e pátio, onde estão localizadas obras artísticas reconhecidas mundialmente, como os painéis de azulejo de Cândido Portinari, além, do jardim projetado pelo Artista plástico Roberto Bule Marx, e deve-se ressaltar que tanto as portarias da edificação, social e privativa, quanto a livreria do térreo contam com grandes vitrines de vidro transparente, o que representa um fator a mais de preocupação. Somando a isso, vale destacar ainda, a segurança do público interno e externo.

Serviços de Brigada de Incêndio:

Contratação Emergencial de Empresas para a prestação de serviços de bombeiro civil (brigada de incêndio) para o Edifício Palácio Capanema no Rio de Janeiro, destinados a prevenção e combate ao princípio de incêndio, orientar o abandono de área e prestar primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio público, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista se constituir de uma exigência legal para o funcionamento dos prédios da instituição por parte do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e sua interrupção poderá causar danos à Instituição, ao corpo social e principalmente, no atendimento à população.

Em resumo, é manter os serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, visando preservar, em tempo integral, as instalações do edifício e a integridade física da população que utiliza suas dependências, bem como ao grande volume de obras literárias, pinturas, paisagismo, dentre outras expressões de riqueza cultural inestimáveis.

Logo, a contratação emergencial por dispensa de licitação é necessária para assegurar a continuidade da realização de tarefas de apoio administrativo, **conservação e limpeza, fundamentais ao Palácio Capanema**, bem ao que tange a segurança dos servidores e público em geral, além das obras que se encontram no referido prédio, sendo necessário a **contratação de postos de Vigilância e equipe de Brigadistas**. Portanto, os serviços desta demanda são essenciais para o funcionamento das atividades dos órgão que compõe o grupo de trabalho a serem instalados no palácio Capanema, dada sua importância e imprescindibilidade, não sendo possível sua interrupção ou sobrestamento.

Por fim, A Contratação Emergencial é condição excepcional, visto a essencialidade dos serviços em questão, **e vigorará somente até a conclusão de certame regular já em processo de andamento.**

.

3. Área requisitante

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- a. O Termo de Referência deverá prever a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza, vigilância e Brigada de incêndio, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.
- b. A prestação dos serviços é considerada de forma continuada tendo em vista que compreende a prestação do serviço (obrigação de fazer), sendo um serviço auxiliar, necessário ao órgão para o desempenho de suas atribuições, **cuja interrupção pode vir a comprometer no funcionamento das atividades finalísticas do órgão.**
- c. O objeto a ser contratado, **enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns**, de que trata a Lei nº 14.133 por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.
- d. Os serviços a serem contratados **enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018**, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido ato normativo, cuja execução indireta é vedada.
- e. Não há no caso em tela, necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
- f. A solução deverá ser implementada com observância às **Normas Regulamentadoras** de Saúde e Segurança do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR nº 24, que dispõe sobre as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
- g. A solução **deverá observar os ditames da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD**
- h. A solução deverá adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade, acessibilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, bem como a comprovação periódica do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, em conformidade com o Planejamento de Logística Sustentável - PLS Federal.
- i. O quantitativo de profissionais de limpeza e conservação teve como base a produtividade estabelecida na IN 5/2017 do MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

- j. Os serviços deverão ser prestados nas dependências do Palácio Capanema.
- k. Os postos fixos funcionarão, a critério da Contratante, de segunda a sexta-feira, no período entre 06h às 22h, sendo os horários definidos pela Administração, conforme horário de funcionamento e demandas do órgão, podendo, em casos excepcionais, devidamente autorizados pela administração, conforme necessidade da mesma, ser efetuado serviços em dias e horários diferenciados.
- l. A solução contará ainda com a obrigatoriedade de visitas periódicas de um preposto da empresa contratada nas dependências do órgão, em virtude da inadmissibilidade da subordinação direta, típica de vínculo empregatício, para o cumprimento da prestação de serviços e peculiaridades específicas das atribuições.
- m. A métrica a ser adotada para remuneração da empresa contratada será a de posto de trabalho.
- n. Considerando que a contratação tem por objeto a prestação de serviços comuns, prestados por várias empresas no mercado, **não será admitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição**, de modo a aumentar a competitividade no certame e, por conseguinte, a sua economicidade. Justifica-se a vedação da utilização de consórcios pelo fato de que o objeto desta contratação não permite sua subsunção às hipóteses de alta complexidade do serviço ou valores extremamente altos que indicariam a necessidade de associação de empresas para esse desiderato. Ademais, a jurisprudência mais recente do TCU faz menção, inclusive, às hipóteses citadas pela doutrina que autorizam a utilização do consórcio, a saber, “quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exigam a associação entre os particulares”. É de se destacar, portanto, que qualquer empresa com as qualificações técnicas e econômico-financeiras exigidas é capaz de atender ao objeto do contrato, afastando os fundamentos autorizadores da utilização de consórcio.
- o. **Não será permitida a participação de cooperativas na contratação**, em razão do caráter necessário de subordinação entre os empregados e a empresa contratada, característica essa que veda a participação de cooperativas, nos termos da Lei 12.690/2012 e Acórdãos 2.720/2008 e 2.221/2013, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União.
- p. A mão de obra a ser contratada deverá ser qualificada e cumprir os requisitos mínimos dispostos no Termo de Referência.
- q. Os encargos sociais trabalhistas serão contingenciados mensalmente, mediante conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação.

Demais requisitos e detalhamento estarão sendo elencados no decorrer desse estudo, bem como no anexo, caderno de especificações técnicas, anexo deste artefato.

5. Levantamento de Mercado

Diversas empresas podem prestar os serviços disponíveis no mercado, por se tratar de serviço comum. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços disponível no Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas ao processo.

Para a contratação de serviços de limpeza técnica, higienização e conservação com fornecimento de material e equipamentos, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

A solução deste estudo, postos de vigilância patrimonial é a metodologia de contratação desta necessidade, com histórico de contratações conhecidas e explicitadas no painel de preços do site do governo sendo de conhecimento da comunidade em geral. A solução a ser utilizada encontra-se destacada no Caderno de Logística do Ministério do Planejamento, o que explica a simplificação dos procedimentos de escolha da solução a contratar e deixa de forma mais sucinta a justificativa (já exposta no item 2) da realização do procedimento licitatório nos termos da solução selecionada.

Da mesma forma, foram realizadas pesquisas no que tange às contratações dos serviços de brigada de incêndio civil no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis/similares que venha a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

Considerando o cenário brasileiro no que tange às empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada, tem-se que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, vez que existem inúmeras empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda, sendo portanto, apontadas as seguintes soluções:

Solução 1 -.Pregão Eletrônico para contratação dos postos demandados neste estudo;

Considerando as justificativas pontuadas no Item 2, tornou-se inviável esta solução, tendo em vista a necessidade de atendimento célere, junto ao plano de ocupação já em andamento para o Palácio Capanema. resta informar que o processo está em andamento e tão logo seja finalizado, haverá a suspensão imediata dos contratos remanescentes da dispensa emergencial.

Solução 2- Dispensa de Licitação Emergencial;

Esta solução tornou-se mais viável por conta da celeridade e atendimento de prontidão para as contratações historiadas neste estudo, visando atender as demandas urgentes, dando as condições mínimas para o pleno funcionamento e ocupação do prédio Palácio Capanema.

À vista disso, após avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar é viável, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos para celeridade do atendimento que a urgência requer, até a concretização do pregão eletrônico.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresas especializadas na prestação, de forma contínua, com dedicação exclusiva para os serviços de limpeza, vigilância e Borda de incêndio.

No caso das prestações de serviço de limpeza e conservação, será diário de segunda à sexta-feira, dentro do horário das 07:00h às 22:00h perfazendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitando o intervalo mínimo de 01 (uma) hora para almoço, e respeitando ainda os normativos trabalhistas e a CCT ou ACT vigente para as categorias a serem executados nas dependências do prédio do Palácio Gustavo Capanema

No que diz respeito a contratação de postos de vigilância, Os serviços continuados deverão contemplar de 01(um) posto de vigilante Chefe de Turma com carga horária de 44h de segunda a sexta, 01(um) posto de vigilante Chefe de Turma com carga horária de 12h de segunda a domingo contemplando 02(dois) funcionários, 08 (oito) postos de vigilante diurno com carga horária de 44h semanais de segunda a sexta, 04 (quatro) postos de Vigilantes diurno com carga horária de 12h contemplando 08 (oito) funcionários de segunda a domingo e 03 (três) postos de vigilantes noturno com carga horária de 12h contemplando 06 (seis) funcionários de segunda a domingo, 02 (dois) postos de Vigilantes de monitoramento de aparelhos eletrônicos diurno com carga horária de 12h contemplando 04 (quatro) funcionários de segunda a domingo e 02 (dois) postos de vigilantes de monitoramento de aparelhos eletrônicos noturno com carga horária de 12h contemplando 04 (quatro) funcionários de segunda a domingo.

Quanto a Brigada de Incêndio, a atuação da CONTRATADA compreenderá a execução dos serviços na área de segurança contra incêndio e pânico, abandono de edificação, bem como o desenvolvimento e manutenção de uma mentalidade de prevenção nas dependências do Edifício Palácio Capanema através da atuação da Brigada de Incêndio, devidamente constituída, certificada e capacitada.

Todas as informações técnicas exigidas para contratação dos postos em comento, estarão elencadas no Caderno Técnico de Especificações, anexo deste estudo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços a serem contratados terão como unidade de medida o preço por posto de trabalho, calculado de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, aplicando-se, no que couber os estudos do Caderno de Logística de Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial, bem como as experiências dos contratos anteriores.

Para os postos de vigilância:

Postos		
POSTO	QUANTIDADE POSTOS	Nº de Homens

Chefe de Turma (44 horas semanais)	1	1
Chefe de Turma (12 x 36)	1	2
44 Horas Semanais	8	8
12x36 horas diurnas	6	12
12x36 horas noturnas	5	10
TOTAL DE POSTOS	21	33

Para os Serviços de Limpeza e Conservação:

Item

2	Subitem	Especificação	Quantidade de Postos	Valor Unitário Mensal	Valor Total Anual
2.8	Encarregado	44 horas semanais	01	R\$ 8.259,71	R\$ 99.257,67
2.9	SERVENTE	44h semanais	33	R\$ 204.084,31	R\$ 2.449.011,72

Para os serviços de Brigada de Incêndio:

SERVIÇOS DE BRIGADISTA NO PRÉDIO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA							
ITEM	Tipo de Serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Quant. de empregados por posto (C) = (B x C)	Valor proposto por posto (D)= (BxC)	Quantidade de Postos (E)	Valor total mensal (F) = (DxE)	Valor total anual (G) = (Fx12) (Fx12)
1	Brigadista diurno 12 x 36	R\$ 6.576,98	2	R\$ 13.153,95	2	R\$ 26.307,91	R\$ 315.694,88
2	Brigadista noturno 12 x 36	R\$ 7.192,19	2	R\$ 14.384,39	2	R\$ 28.768,77	R\$ 345.225,24
3	Brigadista líder 44h	R\$ 8.263,18	1	R\$ 8.263,18	1	R\$ 8.263,18	R\$ 99.158,16
Valor mensal dos serviços						R\$ 63.339,86	
Total anual							R\$ 760.078,28

Serão 4 postos 12x36 (02 Diurnos e 02 Noturnos) e um Chefe de Equipe Diurno.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.943.825,02

O valor total da contratação é de **R\$ 5.943.825,02 (Cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e dois centavos)**, conforme demonstrado em planilhas de formação de preço, acostado aos autos, bem como pontuado no Caderno técnico de especificações, anexo a este estudo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Para atendimento da demanda apresentada, foi constituído para os itens em, LOTE/GRUPO ÚNICO, subdividido em 3 (três) itens, tendo em vista a economia de escala e a viabilidade técnica e econômica, bem como o fato dos itens integrarem uma única solução, a saber: apoio operacional para execução de serviços auxiliares, instrumentais e acessórios. Em regra, conforme art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. No entanto, a contratação em ela vislumbra um único serviço, divididos em 3 (três) itens correlatos. de forma que a contratação em LOTE/GRUPO ÚNICO não prejudica a competitividade nem o aproveitamento do mercado.

A seguir, justifica-se de forma detalhada as razões para promover a adjudicação em lote/grupo único:

1. O agrupamento dos itens do certame em lote/grupo único propicia economia de escala, uma vez que a totalidade dos serviços poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado;
2. O não parcelamento da solução em lotes dá-se em vista da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado pois o objeto intentado, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente prestado;
3. O parcelamento do objeto, justifica-se por ser evidente a perda da economia de escala e a divisão não seria técnica e economicamente viável (Súmula 247 do TCU). Doutro modo, o não parcelamento do objeto promoverá melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade;
4. Quanto à eficiência do serviço a ser prestado, a manutenção em lote único não provocar prejuízos à gestão do serviço, em detrimento da avaliação do cumprimento das exigências contratuais e também da fiscalização técnica e administrativa do serviço;
5. Foi escolhido o LOTE/GRUPO ÚNICO de maneira a tornar a contratação técnica e economicamente viável.

Fica portanto, evidente que o objeto pretendido, se dividido em lotes, poderia resultar em perda da economia de escala, de forma que o parcelamento da solução não favorece a redução de preços e não atenderia a economicidade e a eficiência daquilo que será contratado.

Já com o agrupamento proposto em um único lote, visa-se atingir economicidade na contratação, considerando que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à contratação segmentada. Pois diante do interesse de cada licitante em ser a única adjudicada vencedora, observa-se no mercado uma tendência de redução nos valores unitários dos itens que compõem lotes únicos, buscando-se oferecer o menor preço global dentro de uma perspectiva de efetivo atendimento às exigências do Aviso de Contratação Direta, mas resguardando o devido equilíbrio econômico-financeiro.

Não havendo, portanto, em tese, uma contratação menos onerosa em face da divisão do objeto, não é viável e produtora para a Administração Pública o parcelamento do objeto a ser contratado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As contratações dos serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, limpeza e Conservação e Brigada de Incêndio para o prédio do Palácio Gustavo Capanema está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) no ano de 2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação resultará em benefícios e vantagens diretas e indiretas uma vez que:

Será exercida dentro dos limites do Palácio Gustavo Capanema, por empresa especializada devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão-de-obra detentora de formação profissional específica com dedicação exclusiva;

Atende aos requisitos de segurança estabelecidos pelo CPGC, quais sejam, preservar o patrimônio e garantir a integridade física e moral dos servidores e público que se utiliza das instalações do prédio;

Utiliza rotinas e define perfil de mão-de-obra para os postos de serviço, que possibilitam maior eficiência do efetivo utilizado no

desenvolvimento de ações preventivas, que incluem o controle de acesso, a identificação de situações de risco, e a redução do tempo de resposta a situações de ameaça ao patrimônio público e a servidores e pessoas nas áreas do prédio, evitando que se consumam;

As utilizações de níveis adequados de segurança repercutirão no ambiente do prédio, com reflexos na produtividade dos servidores e melhoria do atendimento prestado à sociedade;

Não implicará em custos com contratação, treinamento e administração de mão-de-obra;

Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;

Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida.

13. Providências a serem Adotadas

Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente do Palácio Gustavo Capanema – Informar a rotina e procedimentos a serem adotados de acordo com a demanda existente;

Impacto na rotina dos usuários da solução – Os servidores dos Órgãos vinculados ao MINC deverão ser informados da nova contratação e consequentemente do novo Chefe de segurança onde este será o responsável por dirimir dúvidas;

Reunião com supervisor da empresa contratada visando antecipar orientações quanto a rotina do prédio;

Verificação da Infraestrutura do espaço físico que hoje dão suporte a empresa prestadora dos mesmos serviços, visando possíveis ajustes. O CPGC/MINC designará fiscais para o novo contrato.

Treinamento específico para manuseio e utilização de produtos de limpeza para os pisos específicos e mobiliário histórico que pertencem ao prédio.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Tendo em vista que o serviço será prestado com fornecimento de mão de obra que ficará alocada nas instalações da Universidade, em observância ao inciso V, do art. 6º, da IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, a Contratada deverá orientar seus empregados, inclusive através de programa interno de treinamento, a reduzirem o consumo de energia elétrica e de água e diminuam a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. Deve ainda treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de poluição e desperdícios de materiais, bem como quanto ao seu descarte.

Os empregados da contratada deverão colaborar com as medidas de redução do consumo e uso racional de água, de energia elétrica, de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente e insumos, atuando também como facilitadores das mudanças de comportamento esperadas com estas medidas, com o intuito de mitigar quaisquer impactos ambientais decorrentes da utilização de recursos naturais, sempre primando pelo uso consciente, otimizado e evitando desperdícios.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto no presente estudo, a equipe de planejamento declara viável esta contratação e compreende que a solução apontada atende às necessidades primárias dos serviços essenciais do Palácio Gustavo Capanema sob o prisma do interesse público e está adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas para o objeto não restringem a participação na licitação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCISCO SAMUEL PINHEIRO SALES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2025 às 19:36:47.

FREDERICO NEVES ALVES FERREIRA

Membro da comissão de contratação

GUSTAVO RIBEIRO DA ROCHA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2025 às 19:38:39.